

“NÃO ESQUEÇA O SEU LUGAR [...] NÃO SOU SUA IGUAL”: DEBATES RACIAIS NA CONSTRUÇÃO DO NEGRO NO ROMANCE O SERTANEJO (1875) DE JOSÉ DE ALENCAR

“N’OUBLIEZ PAS VOTRE PLACE [...] JE NE SUIS PAS VOTRE MEME” : DEBATS RACIAUX SUR LA CONSTRUCTION DU NEGRE DANS LE ROMAN O SERTANEJO (1875) DE JOSE DE ALENCAR

Artur Vitor de Araújo Santana **1**
Natanael Duarte de Azevedo **2**

Resumo: Neste trabalho, tomamos o romance *O sertanejo* (1875) como fonte e objeto de análise (PESAVENTO, 2000), para analisar a construção do negro em José de Alencar, por compreender a literatura como um artefato social e cultural. Dialogamos com Alonso (2015) e Machado (2010), para refletir sobre as leituras raciais dos movimentos abolicionistas do período contemporâneo a escrita da obra analisada, assim como Silva (2004), para perceber o posicionamento político do romancista diante dos debates parlamentares que Alencar se envolvia na década de 1870, que ecoa em uma leitura do negro no Brasil, comungando com os debates raciais do século XIX (SCHWARZ, 1993). Através do romance, é possível perceber as sutilezas utilizadas pelo escritor para demarcar os lugares sociais dos sujeitos e uma necessidade protecionista do homem branco para com o negro, que naturaliza a subalternidade racial, propondo uma nação civilizada nos moldes europeus, sem a existência de conflitos demarcados pela cor.
Palavras-chave: Debates raciais. História. Literatura. Política.

Resumé: Ce travail, nous prenons le roman *O sertanejo* (1875) comme source et objet d'analyse (PESAVENTO, 2000) pour analyser la construction du nègre à José de Alencar, afin de comprendre la littérature comme un artefact social et culturel. Nous discutons avec Alonso (2015) et Machado (2010), pour refléter sur les lectures raciales des mouvements abolitionnistes de la période contemporaine l'écriture de livre analysée, ainsi que Silva (2004), pour percevoir la position politique du romancier face aux débats parlementaires impliquant Alencar dans les années 1870, qui fait écho à une lecture du noir au Brésil commémorant les débats raciaux du XIXe siècle (SCHWARZ, 1993). À travers le roman, il est possible de percevoir les subtilités utilisées par l'écrivain pour délimiter les lieux sociaux des sujets et une nécessité protectionniste de l'homme blanc envers le noir, cela naturalise la subalternité raciale, proposant une nation civilisée dans les moules européens, sans l'existence de conflits démarqués par la couleur.
Mots-clés: Débats raciaux. Histoire. Littérature. Politique.

Dando os primeiros passos no mundo acadêmico, ingressou **1** no curso de Licenciatura em História (2014.1) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sendo professor-monitor do Programa Universidade Para Todos (2015) e bolsista de Iniciação Científica pela agência de fomento PROBIC-UEFS (2016-2018). E-mail: artur.vitor.santana@hotmail.com

Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em **2** Letras (PPGL) da Universidade Federal da Paraíba. Possui o título de Mestre em Letras pelo mesmo Programa de Pós-graduação. E-mail: natanael.duarte.ufpb@hotmail.com

Drama, Política e Romance

“Não esqueça seu lugar, Arnaldo” (ALENCAR, 1977, v.II, p. 102), pronunciou D. Flor ao ser pega de surpresa com o “ímpeto de cólera” do sertanejo que, enciumado com o fato de sua amada ter ganhado uma flor de outro homem, toma-lhe a rosa das suas mãos e a pisoteia. Nesse momento, a donzela se sente ofendida não apenas pelo filho de Justa, agregada da fazenda, ter lhe tocado, mas de o vaqueiro ter rompido com toda lógica social de lugares de mando e subserviência, já que a moça, filha do capitão-mor Gonçalo Pires Campelo, padrinho e patrão de Arnaldo, se encontra em um lugar social superior ao mestiço, que observando a petulância do mancebo de sua ama de leite, não demorou para chamá-lo a sua realidade, proferindo as falas “sou uma senhora” (ALENCAR, 1977, v. II, p. 103) e “não sou sua igual” (ALENCAR, 1977, v. II, p. 103).

Ambientado na fazenda Oiticica, na região de Quixeramobim do sertão cearense, o romance regionalista alencariano, publicado em 1875, tem como protagonista do romance Arnaldo Louredo (sendo o seu sobrenome o primeiro nome de seu pai), ao final do romance, diante de seus esforços de salvar a fazenda e a filha do seu senhor da investida de Marcus Fragoso e seus capangas, que queriam raptar a moça após seu pai ter-lhe negado o pedido de casamento do herdeiro da fazenda vizinha, recebe o sobrenome do dono das terras, tornando-se Arnaldo Louredo Campelo.

O sertanejo é filho de dois agregados importantes na fazenda, Justa e Louredo. Sua mãe foi ama de leite de D. Flor, a quem trata como se tivesse nascido de seu próprio ventre, sendo retribuída com diversos mimos da donzela. Já o pai de Arnaldo, que no decorrer do romance torna-se homem feito, foi vaqueiro-geral de todas as fazendas do capitão-mor, cargo de respeito e responsabilidade, o que o aproximava do solar da fazenda e seu cotidiano, habitando no fundo do casarão, em uma casa mais simples. Louredo, ao dormir no fim da tarde em sua rede, não acordou mais, morreu de causas naturais, deixando Arnaldo órfão de pai nos primeiros anos da sua adolescência.

Na casa da fazenda, luxuosamente ornamentada, moram o senhor das terras com sua esposa, Dona Genoveva, e sua filha. Além dos patrões, habitam junto à família agregados e escravos. Outra moradora da casa grande é Aline, sobrinha da mãe de D. Flor, que foi morar com a família aristocrata ainda pequena, sendo criada pelos tios e prometida ao casamento com Arnaldo, que rejeita veementemente no decorrer da narrativa, com a justificativa que não pretende viver na fazenda, pois se realiza vivendo na mata.

Completando o cenário da Oiticica, ao lado da casa grande, tem a capela da fazenda, administrada pelo padre Tales, que sempre está presente nos principais momentos de sociabilidade dos Campelos, sendo conselheiro e ouvinte do capitão-mor, devido à sabedoria que comumente lhe é atribuída. Outro personagem conhecido pelos seus conhecimentos é Jó, um velho cego, que representa o saber popular e “selvagem”, que fala tupi, conhece as propriedades de cada planta, chamado de feiticeiros por alguns agregados da fazenda, como João Coité, mas que tem um grande afeto por Arnaldo, seu pupilo, a quem passa a ensinar os conhecimentos “práticos” e que realmente importavam para o vaqueiro, que abdicou das aulas com o capelão, que acompanhava ao lado de Flor e Aline, após aprender as primeiras letras.

Através dos personagens citados, que desempenham os papéis mais importantes na trama, Alencar tece a narrativa do romance escrevendo-o em duas partes e publicado no correr da década de 1870, como dito anteriormente. Ao lado das obras *O gaúcho* e *Til*, o romance *O sertanejo* é lido como regionalista, característico da terceira fase do romantismo, que segundo Pereira (2000), a literatura brasileira seria definida em três fases, em que o próprio romancista as definiria com própria produção escrituraria.

O período romântico no Brasil é estabelecido comumente entre as décadas de 1830 a 1880, se propondo construir uma narrativa nacional, rompendo não apenas politicamente com Portugal, mas também culturalmente, se debruçando nas características que foram lidas como não “afetadas” pelo estrangeirismo, tendo o indígena, em um primeiro momento, como sujeito autenticamente nacional (PEREIRA, 2000).

Apesar da busca do romancista em demarcar as características de uma literatura nacional, que retratasse a paisagem e as gentes brasileiras, Alencar não foge dos moldes europeus de narrativas de origem. Dessa forma, o autor almeja tecer uma narrativa que possibilite o “país periférico” que é o Brasil, “o reconhecimento do seu lugar entre nações ditas civilizadas” (PEREIRA, 2000, p. 13), se apropriando de uma estrutura e um modo operante estrangeiro, mas com as cores da nação.

Para se construir uma identidade nacional, era necessário (re)construir um passado para o jovem país, “uma literatura que se queria o retrato antropológico do Brasil, da sua paisagem natural e histórica, da alma e dos mitos de seu povo” (PEREIRA, 2000, p. 13). De acordo com Helena (2001), as obras de Alencar possuíam uma “vontade de ser nação”, que para isso se propunham a “atuar pedagogicamente na formação do país, através da formação do leitor”, articulando “o eu individual, o social e o natural” (HELENA, 2001, p. 10) na construção do ser brasileiro. Assim,

Alencar delimita esta nova pátria, com signos reconstruídos da natureza, da floresta. Daí a importância vital da “criação” de uma língua portuguesa “aclimatada” aos trópicos na delimitação dessa nova pátria. Da rede de significantes que nesta se entrama, não se visualiza apenas o matizado de ‘cores locais’, a inventariar a diversidade e o pitoresco (índio, palmeira e sábia) desse outro local de cultura. Para além do significado secundário, salientam-se no alisado da trama de significados outros, que traduziriam, não apenas uma certa resistência ao discurso colonizador, como também o desejo de, a partir dele, ou apesar dele, enunciar uma escrita que significativamente diferenciase essa nova pátria (HELENA, 2001, p. 16-17)

Utilizar os “signos da natureza” como caráter determinante da nacionalidade e da construção dos seus sujeitos torna-se uma característica marcante nas narrativas românticas da nação, ao pensar a brasilidade através da relação dos indivíduos com os variados tipos de paisagens nacionais, principalmente a partir da relação do indígena (o ventre; essência do caráter da nação) com o branco (o civilizado; o apaziguador), que constituem o mito de origem construído não apenas pelo imaginário alencariano, mas como resultado de um processo histórico que o literato está envolvido (SCHWARCZ, 1993), deixando de lado qualquer característica que remeta ao negro.

No período em que escreveu *O sertanejo*, José de Alencar estava exercendo seu terceiro mandato enquanto deputado pelo Partido Conservador, representando a província do Ceará, seu estado de origem, pois é natural da cidade de Messejana, atualmente integrada à cidade de Fortaleza, mas migra com sua família para a capital da província ainda criança, aos onze anos. Na carreira política também exerceu o cargo de Ministro da Justiça entre 1868 a 1870, no gabinete de Itaboraí, que pertencia ao mesmo partido do literato.

Advogado de formação, Alencar estudou na Faculdade de Direito de São Paulo e Recife, após os trânsitos em sua formação, adquire o título de bacharel em direito no ano de 1850. Ao renunciar o cargo de ministro, Alencar se candidata a senador¹, mas perde a eleição, voltando ocupar a Assembleia entre 1870-1872, sendo reeleito para o mandato até o ano de 1875 (SILVA, 2004; ALENCAR, 2006).

Durante seu exercício político enquanto deputado, o romancista se envolveu em debates sobre os mais variados temas relativos à manutenção do trabalho servil, a discussão da Lei de 1871 e a introdução do trabalho estrangeiro nas lavouras brasileiras, deixando sempre claro seu posicionamento sobre o lugar social que o negro ocupava na sociedade oitocentista, assim como a subserviência que era “natural” do negro para com o homem branco, que explorava a mão-de-obra do escravizado em troca de torná-lo um corpo educado para viver em uma sociedade civilizada e moderna.

Para Alencar,

Sob o aspecto jurídico, a escravidão, segundo ele, era um ‘fato social’, uma ‘criatura do direito’ que tinha uma ‘vida sagrada e inviolável’ e, por isso, devia ser respeitada, visto que ainda vigorava no âmbito legal e também estava presa aos ‘graves interesses do povo’. Além disso, por mais odiosa que parecesse aos contemporâneos, era uma instituição ‘justa, útil e moral’, pois realizava melhoramentos na sociedade (SILVA, 2004, p. 35).

¹ Cargo também ocupado anteriormente pelo seu pai, que possuiu o mesmo nome do escritor e é comumente chamado por Hebe Silva (2004) como Senador Alencar.

Dessa forma, o deputado se posicionava contrário à lei que posteriormente seria nomeada de *Ventre Livre* (1871), pois o escritor tinha consciência que ao aprová-la colocaria em risco a manutenção da estrutura escravista, já que o tráfico transatlântico já havia sido proibido na década de 1850. Ao tornar liberto todo negro nascido a partir da sua promulgação, os deputados estariam compactuando com o estabelecimento de uma data de validade para a escravatura (ALONSO, 2015).

Entre os argumentos utilizados por Alencar para justificar a manutenção do trabalho servil, estavam a necessidade do “cuidado” do negro pelo branco, a transição pacífica e ordeira para emancipação dos escravizados (quando estiverem socializados ao ponto de merecerem essa conquista) e de que o Estado não deveria interferir na relação senhor-escravo, pois deveria ser uma decisão individual do homem branco de conceder ou não a liberdade ao seu cativo e não ser obrigado a isso por um decreto de lei, que ainda por cima institucionalizava o pecúlio, possibilitando o escravizado comprar sua liberdade pelo preço que custava no mercado, assim como recorrer à justiça caso seu “senhor” negasse a oferta.

A leitura das “benesses” que o branco teria feito pelos africanos, perpassava desde a captura no continente africano, o tráfico transatlântico e a escravidão na colônia. Segundo Hebe Silva (2004), José de Alencar afirmava que foi um “benefício ainda maior” para os negros que foram escravizados do que para a economia brasileira, pois possibilitou o “contato” com outras “famílias do gênero humano”, que auxiliaram os sujeitos se desvencilharem do “desprezo”, “animismo”, “barbaria”, que através do cativo haveriam encontrado a “luz” que “tirou os africanos da ‘treva moral’”, sendo uma relação de ganhos mútuos (SILVA, 2004, p. 36).

Em sua dissertação, Silva (2004) analisa os escritos alencarianos, que com o pseudônimo de Erasmo escreve “cartas políticas” endereçadas a D. Pedro II, percebendo através desses textos como o escritor compreende o negro e seu futuro, diante do modelo de nação que pretendia construir através da literatura (SANTANA, 2018). Diante da aprovação da lei de 1871, Alencar apresenta como deveria de fato ocorrer a liberdade dos escravizados: lenta e gradual, o que aconteceria, segundo o político, de forma natural através de uma “fusão racial”, que resultaria em “um total nivelamento das raças”, que após serem libertos, manteriam uma relação harmônica “com seus amigos senhores”, que possibilitariam serem “totalmente integrados na sociedade” (SILVA, 2004, p. 39).

Sendo totalmente contrário à aprovação da Lei do *Ventre Livre*, Silva (2004) afirma a partir da análise dos discursos políticos de Alencar, que o ex-Ministro da Justiça defendia que o decreto “só causaria calamidades, pois prejudicaria a agricultura, base da economia do país, podendo gerar problemas sociais, protestos, além de ser uma imposição governamental”, pois “quebraria a harmonia que reinava nas relações senhor/escravo” (SILVA, 2004, p. 51), desencadeando descompassos raciais, que temia o escritor gerar revoltas como as que aconteceram nos Estados Unidos no mesmo século.

Além dos posicionamentos sobre o “trabalho servil”, Alencar era favorável à imigração europeia, pois seria um “meio preparatório para a emancipação” (SILVA, 2004, p. 47-48), assim como a migração dos escravos urbanos para as áreas rurais, o que fortalecia a agricultura, que era a base da economia do Império e necessitava de mão-de-obra para seu pleno funcionamento, o que possibilitaria um “embranquecimento” nas cidades através dos estrangeiros que viriam atuar no Brasil como trabalhadores, com o objetivo de livrar a nação da mácula do negro.

Narrativas em debate

Pensar a compreensão de Alencar sobre os negros necessita de uma análise da forma pela qual a medicina compreendia esses sujeitos. As teorias raciais, pautadas pelo positivismo e evolucionismo, influenciados grandemente por intelectuais franceses, ingleses e espanhóis, apontados por Alonso (2002), circulavam entre os escritores brasileiros, a exemplo de nomes como “Laffitte, Darwin, Comte, Spencer e Renan” (ALONSO, 2002, p. 172), que eram as principais leituras da geração de 1870.

Entre os grandes pensadores nacionais da época, encontramos Nina Rodrigues, médico e psiquiatra, que devido aos seus estudos sobre os negros baianos e suas práticas religiosas ou fetichistas (RODRIGUES, 2005), também é conhecido como antropólogo e etnólogo. Em 1896, foram publicados os artigos “O animismo fetichista” na *Revista Brasileira*, sendo publicado em formato de livro em 1900 pelo próprio autor em uma edição francesa, posteriormente organizado por Arthur

Ramos, em 1935, uma edição em português, com notas do próprio médico.

O livro apresenta alguns relatos de Rodrigues ao presenciar os rituais religiosos do negro baiano, resultado de entrevistas e de um exercício muito similar com o trabalho etnográfico, mas que na narrativa foi atribuído um julgamento de valor negativo às práticas religiosas que o médico presenciou enquanto observador-participante, o que contradiz aos métodos atualmente utilizados pelo campo de saber.

Comumente no decorrer no texto aparecem adjetivações aos negros como “brutalidade” e “ignorância” (RODRIGUES, 2005, p. 14), descrevendo o “culto fetichista” (RODRIGUES, 2005, p. 43) dos baianos de cor, como um “culto sem ordem” (RODRIGUES, 2005, p. 53), de uma “poesia selvagem” (RODRIGUES, 2005, p. 53), que tem um “padre fetichista” (RODRIGUES, 2005, p. 52) como principal líder religioso, que caracterizam a “litotatria baiana” (RODRIGUES, 2005, p. 29)². A adoração ao sagrado mapeada por Nina Rodrigues é lida como resultado da incapacidade mental do negro, que atribui alma/“anime” aos fetiches (objetos inanimados que são utilizados nas cerimônias ritualísticas).

Refletindo sobre a influência das teorias raciais no pensamento dos intelectuais/políticos brasileiros contemporâneos a Alencar, afirma Angela Alonso que,

Os positivistas abolicionistas apresentavam uma teoria da miscigenação como alternativa ao branqueamento que a imigração européia, defendida por novos liberais e federalistas científicos, prometiam trazer. Este debate retornaria nos inícios da República com o apogeu das teorias raciais, cujo epígono ainda não chegara aos Preparatórios a esta época: Nina Rodrigues (ALONSO, 2002, p. 219).

Dessa forma, o médico baiano, seja através de seus estudos “etnográficos” ou pela pseudociência da craniologia, se tornou um dos principais nomes para ditar a existência de uma diferença natural entre os negros e os brancos, que reinterava a dominação do senhor diante de seus escravizados, também presente na tese alencariana da relação de ajuda mútua entre as raças, consolidado pela estrutura escravista.

As concepções defendidas por Rodrigues não foi algo individualista, mas resultado de ideais científicos que foram difundidos no século XIX e primeiros anos do XX, coincidindo um “movimento intelectual” brasileiro com os debates políticos que ocorriam no Congresso, principalmente “os dilemas estruturais da sociedade imperial vindos à tona no início dos anos 1870, sobretudo a organização política e o regime de trabalho” (ALONSO, 2002, p. 246), que podem ser notados nos romances alencarianos, como pontuou Silva (2004), em sua dissertação.

Enveredando pela discussão da relação entre a literatura e a história, em uma perspectiva social, dialogamos com Sevckenko (1999), que considera “a produção literária, ela mesma como um processo, homólogo ao processo histórico”, principalmente pela possibilidade de a literatura ser tomada enquanto documento histórico. Além do valor documental, a história da literatura deve ser tomada em sua construção discursivo-enunciativa, uma vez que

Os estudos da História Cultural nos servem para entendermos a relação intrínseca entre a representação e a enunciação/discurso, uma vez que, por um lado, interessa-nos resgatar o discurso presentificado na literatura que traz em sua produção de sentido as marcas do passado histórico. (AZEVEDO e MELO, 2017, p. 105)

Nesse sentido, a enunciação é responsável pela presentificação da “criação literária” (SEVCENKO, 1999, p. 246), estando intimamente interligada com a sociedade que a produz, pois “é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover” (SEVCENKO, 1999, p. 20). A literatura também é lida como uma instituição, “viva e flexível”, que incorpora a história “todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de

² Nina Rodrigues ao utilizar o termo “litotatria” se refere ao culto das imagens de pedra, que nos rituais religiosos baianos, são tomados como dotados de anime, uma alma, e por isso deveriam ser cultuados.

consumo ou produção” (SEVCENKO, 1999, p. 246). Nicolau Sevcenko (1999) ainda afirma que está no escritor o elo entre a história, a literatura e a sociedade, que desempenha em sua práxis o papel de articular as três dimensões, produzindo assim, narrativas e imagens.

Dessa forma, ao escrever seus romances, José de Alencar demarca em seus textos além de suas posições políticas, uma leitura da sociedade que transita, sendo possível a nós, historiadores da literatura, descondensar a produção literária, observando suas intencionalidades, o perfil do narrador e o projeto de sociedade que se preocupa em defender.

No livro que analisamos nesse artigo, *O sertanejo*, não possui no decorrer da narrativa uma descrição fenotípica dos personagens, muito provavelmente como uma tentativa de embranquecer os personagens ou de não trazer a cor como um problema para o romance, já que como vimos com Pereira (2000) e Santana (2018), o romancista se propunha a construir uma história da nação pautada na contribuição do indígena (autêntico nacional, mas incivilizado) com o branco (que carregaria em si a civilidade), deixando de lado o negro, mas sendo possível através das minúcias da escrita perceber a leitura de Alencar sobre os sujeitos escravizados.

Publicado em 1875, o romance se depara com um contexto em que a questão do tráfico se torna pauta de debate, provocando a divisão no Congresso entre aqueles que afirmavam a necessidade de por fim à estrutura escravista e libertar os cativos, para finalmente o Brasil poder ocupar o panteão das nações civilizadas e os que defendiam a manutenção da organização social e a dualidade branco (mando) e negro (subserviente), pois como a sociedade da época era essencialmente agrária, abrir mão da mão-de-obra das grandes plantações iria levar o país a uma crise econômica irreversível (AZEVEDO, 1987).

A sutileza como José de Alencar institui o lugar social do negro tem um objetivo de apresentar uma nação civilizada com uma harmonia entre as raças, já que o Brasil se encontra pressionado pela Inglaterra para por fim na estrutura escravista, forçando o fim do tráfico negreiro em 1850, mas internamente mantendo a utilização do trabalho servil, sendo a última nação da América do Sul a abolir a escravidão, em 1888. Nos trechos a seguir é perceptível o exercício mencionado por parte do escritor:

A beleza deslumbrante de seu rosto revestia-se de uma expressão cavalheira e senhoril, que era talvez o traço mais airoso de sua pessoa. No olhar que desferia a luminosa pupila; na seriedade dos seus lábios purpurinos, que ainda cerrados pareciam enflorar-se de um sorriso cristalizado em rubim; na gentil flexão do colo harmonioso; e no garbo com que regia o seu fogoso cavalo, assomavam os realces de uma alma elevada que tem consciência de sua superioridade, e sente ao passar pela terra a elação das asas celestes (ALENCAR, 1977, v. I, p. 8-9).

O primeiro trecho trata da descrição inicial de D. Flor, a amada de Arnaldo, o vaqueiro e protagonista do enredo, que é descrito no fragmento a seguir, que pela sua condição social “inferior” ao lugar aristocrático que a moça ocupa, sabe que o carinho/amor que sente pela mesma é um abismo quase irreversível, pois além de tudo, se trata de um mestiço, que mesmo sendo considerado um símbolo nacional, não é lido da mesma forma que o sujeito branco.

Era o viajante moço de vinte anos, de estatura regular, ágil, e delgado do talhe. Sombrea-lhe o rosto, queimado pelo sol, um buço negro como os compridos cabelos que anelavam-se pelo pescoço. Seus olhos, rasgados e vívidos, dardejavam as veemências de um coração indomável (ALENCAR, 1977, v. I, p. 15).

Nesses trechos selecionados é possível observar as adjetivações utilizadas para caracterizar a moça branca, “beleza”, “senhoril”, “harmonioso”, tomando-a alegoricamente como um rubi, uma pedra preciosa comumente associada à coragem e ao sucesso, além da metonímia que a relaciona com uma figura angelical, que naturalmente é superior.

Na descrição de Arnaldo, que é um mestiço, encontramos características positivadas como

as feitas à dama anteriormente, inicialmente por uma questão de gênero, atribuindo qualidades que seriam necessárias a um homem, “ágil”, “vívido” e “indomável”, mas nada tão grandioso que o coloque em uma posição igualitária com a filha do capitão-mor. Afirmamos que o protagonista é um mestiço, mas nem ele nem seus pais são detalhados dessa forma, no decorrer do romance apenas o vaqueiro e sua mãe tomam-se como sertanejos.

Levando em consideração o significado da nomenclatura “sertanejo”, no período contemporâneo ao autor, Arnaldo teria heranças indígenas e do homem branco. Mas no decorrer da trama, como já dito, descobrimos que Justa foi a ama de leite de D. Flor, sendo a “aldeã” descrita como “uma sertaneja alta e robusta sem corpulência, que mostrava no semblante rude, porém amável, uma franqueza de cativar” (ALENCAR, 1977, v. I, p. 29).

Acreditamos que a esposa de Louredo (ex-vaqueiro geral das fazendas) seja negra não apenas pelo ofício de ama que desenvolveu, mas por algumas palavras utilizadas nos diálogos cotidianos. Uma dessas passagens é visível logo após a chegada da família Campelo de uma longa viagem, quando chega à hora de distribuir os presentes, após o susto do desaparecimento de D. Flor. A moça, não demora a ir visitar a mulher que a criou, que a recebe com muito afeto, queixando-se Justa da sua demora e pronunciando a seguinte frase: “Ah! cuida que não me heide desferrar?” (ALENCAR, 1977, v. I, p. 29). Com isso, a agregada afirma possui um carinho muito grande pela donzela, que nunca iria se desferrar, se libertar. Ao utilizar uma palavra do dicionário escravista, Alencar apresenta a condição da negra, assim como defende uma harmonia na relação entre a mesma e a sua senhora.

Novos traços no relacionamento das duas são delimitados na continuação do diálogo, quando a menina surpreende sua ex-ama com um rosário de ouro, o que deixa a “aldeã” radiante, sendo solicitada por D. Flor a colocar logo o presente em seu pescoço, se prontificando a ajudá-la. Ao pôr o objeto, a jovem afirma: “Está uma dona, mamãe!” (ALENCAR, 1977, v. I, p. 92), expondo como a forma de se portar diante da sociedade, além da questão racial, são fundamentais para o estabelecimento do mando e as relações de dominação senhorial, endossando a relação de branco/senhor e negro/subserviente, mas construindo uma relação que possuísse benefícios para ambos os lados, pois os brancos lucrariam com a força de trabalho dos negros, enquanto os subalternos poderiam ser civilizados e inseridos gradativamente à nação.

Mapeando as concepções dos intelectuais da década de 1870, Alonso afirma que,

A aceitação de uma hierarquia racial é ponto comum entre a tradição imperial e a política científica. A diferença crucial é que esta desigualdade não se apresenta mais, para a geração 1870, como justificativa para a hierarquia política e para marginalização social. Nabuco distingue o peso da ‘raça’ dos efeitos da instituição escravidão, com um *modus operandis* próprio [...] A miscigenação é lida em clave positiva (ALONSO, 2002, p. 195).

Diante da desqualificação da população brasileira pelos altos índices das pessoas de cor no Império, que são a maioria, a miscigenação é vista como algo positivo, não o ideal, mas já “melhoraria” a “mácula” da nação. Através da leitura do cruzamento das raças, podemos observar a descrição do agregado da fazenda Luiz Onofre, único personagem descrito como negro sem ser situado como escravo, apesar de ser lido como resultado das três “raças”:

Luiz Onofre era um produto desse cruzamento de raças a que se deu o nome de coriboca. Assim como a sua tez representava a fusão das três cores, a alva, a vermelha e a negra, da mesma sorte o seu caráter compunha-se dos três elementos correspondentes àquelas variedades. Tinha a avidez do branco, a astúcia do índio, e a **submissão** do negro [grifos nossos] (ALENCAR, 1977, v. I, p. 90).

É possível observar na citação acima, a atribuição da “submissão” como a contribuição do negro para a população brasileira, que estaria atrelada à vontade senhorial e sua utilização como mão-de-obra. Quando os negros “fugiam” da função social que naturalmente lhes eram atribuída,

eram negativados, como o momento que Agrela, um dos homens de confiança do capitão-mor, é adjetivado de “negro do inferno” (ALENCAR, 1977, v. II, p. 152) por Campelo em um momento de cólera, demonstrando mais uma vez o lugar de subserviência que o negro aparece nas obras alencarianas.

Diante desse cenário, o medo de um levante negro se torna o maior temor dos senhores brancos, que eram uma minoria. Ao estudar sobre esses temores, Célia Azevedo (1987) observa uma maior presença de discussões na província de São Paulo sobre o número crescente da migração de escravizados para as terras paulistas, entre as décadas de 1860 a 1870, que ficou conhecido como “onda negra” (AZEVEDO, 1987, p. 111) o que facilitaria a articulação e execução de um motim dos negros como ocorreu em São Domingos (Haiti) ou uma guerra civil, a exemplo dos Estados Unidos da América (ALONSO, 2015, p. 29).

Durante toda a década de 1870 os temas do negro livre e do imigrante ideal nortearam os debates dos deputados provinciais. Preocupados com a extinção da escravidão em futuro próximo, os representantes dos interesses paulistas travaram intensas e acaloradas discussões, visando solucionar a questão da substituição do escravo pelo trabalhador livre antes mesmo que ela se tornasse realmente um problema para os proprietários (AZEVEDO, 1987, p. 109).

Seguindo a linha de raciocínio dos políticos da época, a melhor solução imediata para o controle da entrada de escravos na província seria um aumento na taxa de transporte dos cativos para o estado, mas em longa duração, como forma de reverter a maciça presença negra na sociedade paulistana, seria a imigração, que substituiria os braços negros nos ofícios (pelo menos nas cidades) e embranqueceriam as ruas e os costumes.

Dessa forma, a “purificação racial”, assim a “substituição do negro pelo branco nos setores fundamentais de produção”, era tido pelos políticos como uma luz no fim do túnel, como uma possibilidade de embranquecer socialmente e moralmente o povo, que refletiria uma identidade nacional mística, mas com costumes brancos, que era o necessário para o acesso ao panteão das nações modernas (AZEVEDO, 1987, p. 144).

A necessidade de embranquecer a população brasileira, como aponta Azevedo (1987), pode ser percebida no próprio Alencar, que quando representa explicitamente os negros em seus romances, sempre os aproxima a um estado animalesco e selvagem, como analisa Alonso:

Para ficar em Alencar, seu *O Tronco do ipê*, lançado durante os debates do ventre livre, apresenta um personagem, o velho africano pai Benedito, como ‘um grande bugio negro’, bruxo pactado com o demônio, que animava, sob o ipê, ‘um samba infernal’, ‘batuque endemoninhado’. Animalesco e demoníaco, danação racial e inferioridade cultural (a feitiçaria), coquetel do qual o negro emerge um bárbaro. Por isso escamoteado na representação da nacionalidade em *O guarani*, que, como outras novelas, poemas, pinturas, de começo do Segundo Reinado, reduzia a nação à comunidade imaginada de aristocratas, portugueses e autóctones, com expurgo do africano (ALONSO, 2015, p. 58).

A aproximação da condição do negro ao primitivo, “demoníaco” e “bárbaro”, está atrelada ao posicionamento político do autor, que em 1871, ano da publicação do romance, se colocava totalmente contrário à lei que posteriormente será chamada de Lei do Ventre Livre. Um dos maiores temores de Alencar, assim como de outros políticos da época, são as consequências ao promulgar uma lei que liberta os negros nascidos a partir daquela data, pois estariam colocando uma data de validade para a escravidão, o que resultaria em uma quebra das relações sociais que naturalizavam o domínio e o controle do branco sobre o negro, podendo desencadear um enorme conflito racial, que no imaginário da época, colocaria a perder toda a nação brasileira (AZEVEDO, 1987, p. 116).

Atuando como ministro da justiça no governo de Itaboraí, que ficaram conhecidos como

“Emperrados”, o ministério fez tudo o que foi possível para que a questão servil e a Lei do Ventre Livre não entrassem em debate na Câmara, sendo um dos motivos principais da abdicação do chefe do governo, sendo substituído por Manuel Melo. Para o romancista, a aprovação de uma lei similar a aprovada na Espanha (Lei do Ventre Livre ou Lei Monet) resultaria na “ruína da propriedade”, “miséria pública”, “descalabro da sociedade”, sendo uma medida “iníqua e bárbara” (ALONSO, 2015, p. 66).

Para o autor, os negros deveriam permanecer como flâmulos da casa, serviçais, objetos, o que explica a surpresa de D. Flor na citação do início do artigo, ao se deparar com a atitude de Arnaldo, ficando pasma com “aquela audácia”, levantando seu chicotinho para castigar o mestiço, mas desiste antes de fazê-lo, porém não deixa de demarcar seu lugar de poder dentro da sociedade senhorial, chamando-o de “menino malcriado” (ALENCAR, 1977, v. II, p. 102-103), que seria “quase um flâmulos da casa” (ALENCAR, 1977, v. II, p. 111).

Invocar uma possível mácula do sangue negro do vaqueiro, é a forma que a filha do capitão-mor encontra de manter o domínio de suas vontades diante das ações do sertanejo, evitando o estabelecimento de um “perigoso estado eufórico” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 95) que segundo Wlamyra Albuquerque (2009), surgiu no imediato pós-abolição, assim como a necessidade de pensar formas de controle dos corpos vadios, agora livres e sem domínio dos senhores, institucionalizando a polícia como uma forma de domínio desses sujeitos naturalmente propensos a “tumultos” e “alteração da ordem” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 107).

Considerações Finais

Tomando a literatura alencariana como fonte histórica e objeto de análise, foi possível perceber como o romancista compreende o lugar social do negro na sociedade oitocentista, que apesar de apresentar diretamente o seu posicionamento político sobre o trabalho servil, fica implícito suas intencionalidades e anseios de apresentar os cativos como selvagens, primitivos, incapazes de gerir sua própria liberdade e a necessidade de subserviência ao homem branco como uma forma de apaziguar sua presença na sociedade.

Os silenciamentos dos traços fenotípicos de personagens de grande importância no enredo de *O sertanejo* (1875), também são importantes indícios de como Alencar se preocupava em positivar à contribuição dos negros a sociedade brasileira, ressaltando apenas a “submissão”, que lhe seria algo natural, e sua força de trabalho para as lavouras, que moviam a economia do Império, sendo por esse motivo inviável a abolição da escravidão ou levaria qualquer chance de ascensão política e econômica do Brasil aos ares, como a grande possibilidade de uma crise irreversível, que também era defendida por outros intelectuais-políticos, como afirma Angela Alonso (2002).

Por fim, é possível afirmar que os escritos alencarianos não são imparciais, como qualquer outro exercício escriturário, mas carregam em si os mesmos ideais que defendia na Câmara e no Parlamento, seja como deputado ou Ministro da Justiça, apresentando uma leitura de nação muito cara ao Partido Conservador, o qual era filiado. Sendo possível ver o lugar dos homens de cor nas entrelinhas de seus trabalhos, sejam romances, textos políticos ou peças teatrais, difundindo outras formas da sociedade letrada internalizar a função social do negro na sociedade escravista do século XIX.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 95.

ALENCAR, José de. **O sertanejo**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

_____. Dados Biográficos. In: **O gaúcho: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo:

Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia. **Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites, século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Natanael Duarte; MELO, Iran Ferreira de. A Construção do feminino em Olhos D'Água, de Conceição Evaristo: uma análise das performances pós-identitárias de gênero. **Revista Línguas e Letras**, Cascavel, v. 8 n. 40, 2017, p. 101-111. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/viewFile/17144/pdf>. Acesso em: 8 maio 2018.

HELENA, Lucia. Identidades em curso: José de Alencar e a hipótese do Brasil. **Léngua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural**. Feira de Santana: UEFS, nº1, 2001-2, p. 9-19.

PEREIRA, Elvya Ribeiro. **Piguara: Alencar e a invenção do Brasil.** Feira de Santana: UEFS, 2000.

RODRIGUES, Nina. **O Animismo Fetichista dos Negros Baianos.** Salvador: P555, 2005.

SANTANA, Artur Vitor de Araújo. **Aboios Esquecidos: A invenção da identidade nacional em José de Alencar (1857-1875).** Feira de Santana: UEFS [Monografia de Graduação], 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Hebe Cristina da. **Imagens da escravidão: uma leitura de escritos políticos e ficcionais de José de Alencar.** Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas [Dissertação de Mestrado], 2004.

Recebido em 28 de novembro de 2018.

Aceito em 9 de abril de 2019.